



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

PANDEMIA DA COVID-19 E OS DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: DIRECIONAMENTOS E DEBATES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA UFPI (2020-2022)

DAFNE DIAS LAGES MONTEIRO¹

RESUMO

O presente artigo é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso, examina as repercussões da pandemia da Covid-19 na formação profissional, com ênfase na adaptação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) para garantir a continuidade do Estágio Supervisionado em Serviço Social durante a pandemia, entre 2020 e 2022. A pesquisa, de caráter explicativo e qualitativo, apoia-se em documentos produzidos por alunos de graduação, como relatórios e projetos de intervenção, além de resoluções institucionais da UFPI e publicações de entidades representativas do Serviço Social. O estudo revela que essas adaptações emergenciais, embora necessárias para a continuidade do ensino, também exacerbam desigualdades existentes. As medidas adotadas, ainda que viabilizem a continuidade da formação em um contexto adverso, não podem ser vistas como substitutas permanentes para a educação presencial, especialmente no que se refere ao Estágio Supervisionado, que é um espaço fundamental para o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Formação Profissional; Covid-19.

ABSTRACT

This article is the result of a Course Completion Work, it examines the repercussions of the Covid-19 pandemic on professional training, with an emphasis on the adaptation of the Federal University of Piauí (UFPI) to guarantee the continuity of the Supervised Internship in Social Work during the pandemic, between 2020 and 2022. The research, of an explanatory and qualitative nature, is based on documents produced by undergraduate students, such as reports and intervention projects, in addition to institutional resolutions from UFPI and publications from representative entities of the Social ServiceThe

¹ Universidade Federal do Piauí

study reveals that these emergency adaptations, although necessary for the continuity of education, also exacerbate existing inequalities. The measures adopted, even though they enable the continuity of training in an adverse context, cannot be seen as permanent substitutes for face-to-face education, especially with regard to Supervised Internship, which is a fundamental space for the development of technical and professional skills.

Keyword: Supervised Internship; Professional Training; Covid-19.

1 Introdução

A Pandemia da Covid-19 afetou de forma desigual os diversos segmentos da população, evidenciando os grupos mais vulneráveis. Na Educação, as desigualdades sociais se exacerbaram ainda mais, principalmente, com a falta e/ou dificuldade de acesso de grande parcela dos estudantes às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), em um cenário onde o ensino precisou adotar os meios digitais. No ensino superior, o Ensino Remoto Emergencial foi adotado por grande parte das Universidades Brasileiras, desconsiderando a realidade social de muitos estudantes e professores.

Nesse sentido, o presente artigo apresenta parte dos resultados de Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, sobre a inserção do Estágio Supervisionado em uma Unidade de Formação em Serviço Social entre os anos de 2020 e 2022. Diante das restrições sanitárias, a UFPI teve que reformular suas estratégias educacionais para garantir que os alunos pudessem efetivamente dar continuidade ao seu processo formativo, mesmo em um cenário de distanciamento social. Este estudo baseia-se na revisão da literatura e na análise de documentos institucionais, como relatórios de práticas, projetos de intervenção e planos de ação, para descobrir como essas adaptações influenciaram a formação de futuros assistentes sociais e o desenvolvimento das competências necessárias para exercer profissionais em num contexto marcado pela crise sanitária global.

2 Pandemia da Covid-19 e o Estágio Supervisionado em Serviço Social: Estratégias e Adaptações da UFPI



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No final de 2019, surgiram notícias de que a China apresentava alguns casos de pessoas com sintomas parecidos com os da Síndrome Respiratória Aguda (SARS)². Pouco tempo depois, confirmou-se que se tratava de um novo vírus, de altas possibilidades de propagação, devido à maneira de contágio da doença. De acordo com o Ministério da Saúde (2021), “a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global”.

Um mês após a confirmação do primeiro caso de Covid-19 na China, a doença já havia se alastrado por outros países Asiáticos, como Tailândia, Japão e Coreia do Sul, mas também em países Europeus, fazendo com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarasse estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em pouco tempo, a doença já havia sido declarada como Pandemia, sendo considerada a terceira do Século XXI³.

Ao longo dos primeiros meses de 2020, o mundo atravessou uma mudança radical no modo de viver, em função de tentar conter o rápido avanço da disseminação do vírus. No Brasil, em uma notícia publicada em 17 de março de 2020, registrava-se a primeira morte por Covid-19⁴. A população do mundo todo teve sua rotina completamente alterada devido a necessidade de isolamento e distanciamento social, determinados para diminuir o contágio pela doença, já que ainda não existia uma vacina no mundo capaz de imunizar as pessoas e nem um tratamento cientificamente comprovado.

Para além da emergência sanitária, a Pandemia acentuou as desigualdades já existentes na sociedade, como classe, raça, gênero, socioculturais, ideológicos e políticos. Para além desses impasses, houve também uma intensificação das desigualdades educacionais, em especial, durante o ensino remoto. Em março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 345, que autorizava, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizassem as tecnologias de informação e comunicação, nas instituições de ensino superior que fizessem parte do sistema federal de ensino. Pouco menos de um mês depois da publicação da referida Portaria, o MEC emitiu nova Portaria nº 395, de 17 de

² A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) é uma doença respiratória que afeta os pulmões e causa uma série de sintomas graves, parecidos com uma forte gripe. No Brasil, a doença também pode ser chamada pela sigla SRAG.

³ De acordo com o Instituto Butantan, antes da Covid-19 houve duas outras doenças que atingiram uma grande quantidade de pessoas, a H1N1, entre 2009 e 2010, e o Ebola, entre 2013 e 2016.

⁴ A primeira morte por conta do Novo Coronavírus no Brasil aconteceu em 12 de março, e não em 16 de março, como se acreditava. A vítima foi uma paciente de 57 anos em São Paulo. No entanto, as notícias a respeito do falecimento da vítima só foram divulgadas em 17 de março de 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

abril de 2020, prorrogando o prazo previsto na Portaria nº 345, para a substituição das aulas presenciais por meios digitais enquanto durasse a situação de Pandemia do Novo Coronavírus.

É importante destacar que essas Portarias MEC foram publicadas sem debates públicos sobre as desigualdades de acesso às tecnologias, tanto pela falta de escassez aos recursos técnicos de acesso à internet por parte dos estudantes, tanto pela falta de preparação dos professores para lidar com essa nova realidade imposta. Por esse motivo, as desigualdades de acesso ao direito à educação de qualidade ficaram mais evidentes, tanto na rede privada e, com maior intensidade, na rede pública de ensino, evidenciando que apesar de estarmos na era da tecnologia, o computador, o acesso à internet e demais acessórios tecnológicos, não estão distribuídos igualmente entre as pessoas.

Na Universidade Federal do Piauí, a situação não foi diferente do restante do país. A partir de uma reunião do Comitê Gestor de Crise (CGC/UFPI), ficou decidido que as aulas presenciais seriam suspensas pelo prazo de 15 dias, a partir de 17 de março de 2020. Nessa conjuntura, decidiu-se que o Comitê Gestor de Crise se reuniria a cada 15 dias e avaliaria o cenário pandêmico e determinaria as possíveis atividades que poderiam ser realizadas na universidade. Em 03 de Abril de 2020, o Conselho Universitário da UFPI, estabeleceu a suspensão, por prazo indeterminado, do Calendário Acadêmico dos períodos letivos 2020.1 e 2020.2, levando em consideração o estado de calamidade pública no país. Além disso, o CGC/UFPI também levou em consideração a necessidade de isolamento social para proteger a saúde da academia e atenuar a propagação do Novo Coronavírus.

Ainda em abril de 2020, a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação - PREG, propôs um Período Letivo Especial, o 2020.3, com 45 dias letivos para os cursos de modalidade presencial, por aulas mediadas por Tecnologias da Informação e Comunicação enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19, com os objetivos de:

- I – possibilitar o nivelamento de alunos nos seus respectivos cursos;
- II - evitar o prolongamento, por mais um período letivo, da permanência do aluno no curso, contribuindo para o aumento na taxa de sucesso da graduação;
- III - complementar a programação da oferta do período letivo regular anterior e reduzir a demanda discente para o semestre letivo subsequente;
- IV - suprir a deficiência dos departamentos, no que concerne à capacidade de atendimento da demanda real discente por componentes curriculares, verificada a cada período regular de matrícula curricular;
- V – minimizar os efeitos da suspensão do calendário acadêmico 2020.1 e 2020.2, em decorrência da pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19 (UFPI, 2020).

A proposta tornava facultativa às Coordenações de Cursos e Chefiarias de Departamento a oferta de componentes curriculares do Período Letivo Especial e a matrícula curricular realizada



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pelos alunos. Inicialmente houve resistências do corpo docente e dos discentes, fazendo com que alguns cursos não aderissem ao formato de ensino.

Entre os cursos que não aderiram ao Período Especial Remoto 2020.3, estava o curso de Serviço Social da UFPI do Campus Ministro Petrônio Portela. As discussões a respeito do Ensino Remoto e o Serviço Social eram escassas até a pandemia. Os debates em torno da temática sempre se voltaram para a crítica ao neoliberalismo, direcionada ao setor público, entre os segmentos, o da Educação, motivada pela preocupação de ela ser transformada em um negócio submetido à lógica capitalista. Nesse sentido, “evidencia-se, assim, a necessidade de um estado de alerta para acompanhar a formação, como expressão de resistência aos modelos que se anunciam como mercantilistas, reprodutores e conservadores quanto à formação profissional” (Lewgoy, 2010, p. 24).

Aliado a essa perspectiva, durante a proposta do Período Letivo Especial, a Coordenação do Curso de Serviço Social discutiu em reunião do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) a respeito da proposta da instituição de retorno às aulas. Antes da reunião, foi encaminhado para o e-mail dos alunos mensagem para investigar se concordavam ou não com essa modalidade de ensino, justificando se possuíam ou não condições objetivas e subjetivas, em meio a Pandemia da Covid-19 para esse retorno, como computador, notebook e smartphone com internet para acompanhar as aulas.

A resposta dos discentes do curso não foi positiva, o que motivou o debate com o Departamento e a decisão de não ofertar as disciplinas para o período especial, considerando a posição do Centro Acadêmico de Serviço Social⁵ naquele momento de rejeição a modalidade remota. Dessa forma, o Departamento de Serviço Social não propôs nenhuma disciplina nesse formato, atendendo a posição da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), contrária ao ensino remoto.

Com diferentes nomenclaturas e narrativas, as propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentadas nas universidades do Brasil possuem visíveis fragilidades, em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem. Aqui se abre um campo de debate sobre as contradições que envolvem

⁵ Experiência pessoal, enquanto discente integrante do Centro Acadêmico de Serviço Social da UFPI, Gestão “Marilda Iamamoto: Renovar para Unir”, no período da Pandemia da Covid-19. A gestão do Centro Acadêmico durante a pandemia assumiu um papel crucial na representação da comunidade discente nos espaços de diálogos. A transição para o ambiente virtual foi um dos principais desafios enfrentados, mas também uma oportunidade para explorar novas formas de interação e engajamento em prol da comunidade discente.

esse processo, na medida em que Universidades privadas levaram docentes e discentes a praticarem essa modalidade, como forçosa condição de manutenção do trabalho (ABEPSS, 2021).

O cenário pandêmico coloca em evidência que o uso da modalidade de ensino remoto seria aprofundar ainda mais as desigualdades de acesso e direito à educação de qualidade. De acordo com Lewgoy (2010, p.25) “[...] pensar exigências e os desafios contemporâneos à formação profissional demanda, necessariamente, refletir sobre as formas reificadas que transformam o processo educacional em mera mercadoria”. A nota publicada pela ABEPSS alerta a respeito das fragilidades do Ensino Remoto Emergencial:

Neste cenário, a disputa entre projetos estruturais se fortalece. Algumas das soluções propostas por gestores para a dificuldade de acesso de discentes ao ensino remoto é indicar que a/o estudante tranque sua matrícula e, quando houver o retorno presencial, volte a cursar a faculdade. De fato, essa indicação revela uma concepção de universidade. Quem pode participar do ensino remoto? Novamente, as pesquisas da TIC indicam que os setores com maior acesso estão no espaço urbano e nas classes A e B. Quem tem equipamento adequado, programas de dados excelentes, condição de infraestrutura para estar nas atividades virtuais. E quem são esses? Os cotistas? Ou aqueles a quem a estrutura familiar já permite acesso a tudo isso de maneira adequada? Para quem seria esta universidade moldada pelo Ensino Remoto Emergencial? (ABEPSS, 2021, p. 14).

Apesar das adversidades em torno do Ensino Remoto Emergencial, a Universidade Federal do Piauí retoma em 09 de novembro de 2020, o período letivo 2020.1 no formato remoto, a partir da Resolução Nº 085/2020. O Departamento de Serviço Social publicou no Fórum do Curso as informações sobre o retorno das aulas, declarando que apesar de se compreender os prejuízos dessa modalidade de ensino, é uma decisão superior. Na tentativa de atenuar essas desigualdades, a UFPI lançou editais de Assistência Estudantil. Dentre eles, destacam-se: o Edital nº 07/2020 - PRAEC/UFPI e o Edital nº 10/2020 - PRAEC/UFPI.

O Edital nº 07/2020 - Auxílio Inclusão Digital I, tinha como finalidade propiciar ao/à estudante de graduação presencial desta Instituição de Ensino Superior (IES), em situação de vulnerabilidade social e econômica, a melhoria das condições de permanência na graduação, contribuindo para o desenvolvimento do desempenho acadêmico e agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão. O Auxílio Inclusão Digital I conta com o auxílio mensal de R\$130,00 reais, pago com recurso do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Para o Campus Ministro Petrônio Portella, o quantitativo de vagas foi de 892 (oitocentos e noventa e dois) acrescido do cadastro reserva.

O segundo Edital, Nº 10/2020 - Auxílio Inclusão Digital II tratava de um auxílio financeiro em pecúnia destinado à aquisição de equipamento tecnológico de informação (notebook, chromebook, tablet, computador desktop, outros) e/ou equipamento de Tecnologia Assistiva – TA



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

destinado a estudantes com deficiência. O auxílio financeiro era no valor de até R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) para ampla concorrência e até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para estudantes público alvo da educação especial (PAEE), de caráter pessoal e intransferível, destinado à aquisição de computador ou tablet e/ou equipamentos de tecnologia assistiva que contribuam para a inclusão digital e realização das atividades acadêmicas remotas. O Auxílio Inclusão Digital II previa até 2000 mil vagas distribuídas para todos os campos da UFPI.

Contudo, algumas circunstâncias não foram previstas. Na modalidade de Ensino Remoto, além do tempo e da paciência para aprender a lidar com as ferramentas tecnológicas no ambiente da sala de aula, foi necessário repensar as metodologias e práticas pedagógicas de ensino, além da adaptação do espaço doméstico como ambiente de estudos.

Rompe-se a fronteira entre o mundo público e o mundo privado! Ocorrem outros eventos estranhos ao lugar onde se realiza o trabalho e o estudo, porque estes invadiram a casa, lugar de exercer outras sociabilidades. É o gatinho que sobe, o cachorro que late, é o filho que chora, é a campainha que toca, é o remédio para o idoso, que é cuidado no ambiente familiar, é atenção aos filhos, que têm que estudar, é a hora da comida, ou a falta dela, que gera, para muitos, incapacidade de seguir assistindo às suas aulas. Enfim.... Mudança estrutural dentro de uma condição emergencial do processo de ensino-aprendizagem. Cabe um destaque para os impactos na vida das mulheres, que por terem que exercer o cuidado com filhos e pessoas idosas, sofrem de forma mais intensa as consequências da quebra da fronteira entre o local de trabalho e o local de moradia (ABEPSS, 2021, p. 13).

O “reinventar-se” como discente e docente durante o Ensino Remoto Emergencial não pode ser visto como uma espécie de teste para expandir a modalidade de Ensino à Distância e aprimorar a privatização do ensino, seguindo os interesses do capitalismo. Dessarte, é importante entender que a tecnologia pode ser um auxiliar nos processos de ensino e uma ferramenta durante períodos emergenciais, no entanto, deve ser vista como complementar, ou seja, como uma ferramenta emergencial, de modo que seja usada para a construção de criticidade e resistência, na garantia do Ensino Presencial.

A Pandemia transformou a rotina de trabalho dos Assistentes Sociais, independente da área sócio-ocupacional, além da reorganização dos serviços e formas de atendimento às demandas. Em diversos espaços, o processo de trabalho foi alterado para o formato híbrido ou remoto. Em outros locais, os profissionais foram colocados na linha de frente ao atendimento das demandas ocasionadas pela Covid-19, no regime presencial de trabalho.

Em relação à supervisão direta de estágio, a ABEPSS decidiu suspender as atividades de estágio supervisionado em Serviço Social, destacando os seguintes aspectos:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- A realidade sanitária do país, que tem culminado restrições e até fechamento de convênios, sendo necessário remanejar as/os discentes para outro campo ou inviabilizando a realização do estágio;
- A dificuldade de alguns campos de estágio em proporcionar o distanciamento social e o uso de equipamentos de proteção, bem como ausência de estrutura e condições objetivas para a realização do estágio. O que acarreta grande preocupação é com a contaminação da/o discente e de seus familiares;
- Redução das atividades dos campos de estágio, limitando as possibilidades do contato da/o estagiário com a realidade do trabalho profissional;
- A perda de bolsas de estágio supervisionado e de assistência estudantil;
- Reestruturação do planejamento dos alunos para a colação de grau;
- Alterações na proposta de estágio contidas nos PPC's: cursos, leituras, participação em eventos, sendo computados como carga horária de estágio, em substituição ao planejado no projeto pedagógico do curso;
- Unilateralidade do debate sobre o estágio em algumas Instituições e responsabilização das Unidades Acadêmicas e Coordenações de estágio;
- Responsabilização de estudantes, supervisoras/es de campo e coordenação de estágio, através da assinatura de termo de compromisso para a inserção nos campos (ABEPSS, 2021, p. 52).

Esses aspectos evidenciaram como é limitada a formação à distância e a própria experiência excepcional do ensino remoto. Nesse contexto, a formação acadêmica em Serviço Social enfrentou desafios significativos, sendo um dos principais o estágio supervisionado. Surgiram questões sobre o reconhecimento dos serviços em que assistentes sociais estão inseridos como essenciais, levantando o questionamento de por que o estágio não recebe o mesmo reconhecimento.

É importante destacar que apesar do período atípico, para a realização do estágio supervisionado, é fundamental o planejamento das atividades de estágio e as supervisões de campo e acadêmicas. Com a realidade do Ensino Remoto Emergencial, ainda foi/é necessário o amadurecimento dos debates pedagógicos e a dinâmica imposta pelos formatos híbridos de estágio.

O acúmulo da ABEPSS é que os estágios supervisionados em Serviço Social necessitam de supervisão acadêmica e de campo. A não oferta de uma dessas supervisões não caracteriza estágio supervisionado em Serviço Social. Isso é explicitamente abordado na PNE, na Resolução 533, que devem ser retomadas, reorientando o debate (ABEPSS, 2021, p. 54).

Atuar na área da formação profissional requer do Assistente Social o domínio da prática e do conteúdo, ou seja, requer um amplo conhecimento das metodologias disponíveis para o processo ensino-aprendizagem. Na construção dos saberes, é necessário ter como fundamentação o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares. Identificar as fragilidades desses novos processos de ensino, pressupõem uma construção coletiva entre os estagiários, os supervisores e os demais profissionais da categoria.

Embora a profissão do Serviço Social se baseie predominantemente em um fundamento teórico-metodológico fundamentado na teoria social crítica e adote um posicionamento ético-político definido, em consonância com os princípios da categoria e as diretrizes normativas, legislativas e de pesquisa da área, sua aplicação enfrenta desafios, tensões e divergências significativas.

Durante a pandemia de COVID-19, esses desafios foram agravados, resultando em um cenário preocupante para a proteção da vida e da sobrevivência da maioria da população, especialmente para a classe trabalhadora, cujos direitos foram violados em meio a políticas neoliberais que direcionam as contrarreformas do Estado no âmbito das políticas públicas, as quais desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos sociais da população.

Na realidade brasileira, em meio a um contexto político e econômico caracterizado por um governo fortemente alinhado aos interesses do grande capital e empenhado, a qualquer custo, na lógica destrutiva da acumulação capitalista, a categoria profissional do Serviço Social e os movimentos sociais se unem para denunciar as ações antidemocráticas, reacionárias e prejudiciais à vida que são constantemente evidenciadas pelos meios de comunicação. Essas ações se refletem em decisões que resultaram em um alto número de mortes e doenças entre uma parcela significativa da população (Walhers; Oliveira, 2023).

Essas propostas neoliberais, implementadas por meio das contrarreformas das políticas públicas, não são apenas fragmentadas e isoladas, elas revelam um determinado modo de produção que tem como objetivo principal a eficiência e a eficácia do trabalho na produção de mercadorias, utilizando amplamente a tecnologia e explorando o trabalho em diferentes fases do mundo capitalista globalizado, rompendo barreiras geográficas, sociais e econômicas no processo produtivo (Walhers; Oliveira, 2023).

A precarização das relações de trabalho e a desestruturação dos direitos trabalhistas, previdenciários e demais garantias sociais, que deveriam ser fornecidas pelo Estado como forma de assegurar o mínimo social para a classe trabalhadora, tornam-se a principal estratégia do capital e, tais desmantelamentos, também têm reflexos no campo do Serviço Social (Walhers; Oliveira, 2023).

No âmbito da formação acadêmico-profissional, essa contrarreforma assume contornos ainda mais cruéis: “O Estado atrelado a interesses capitalistas, tem um projeto nítido para a educação, que se sustenta na expansão da educação, com a priorização do ensino privado, principalmente na modalidade à distância” (Walhers; Oliveira, 2023, p. 32). No contexto brasileiro,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

essa situação se agravou com um governo alinhado aos interesses capitalistas internacionais, que adotou uma política genocida, negacionista e contrária à ciência.

Na área da educação, também ficou evidente a precariedade do ensino, reafirmando um processo em andamento na sociedade brasileira de desmantelamento do ensino público e presencial, impulsionado por uma política neoliberal.

Muitas UFA's principalmente as presenciais, por não terem recursos tecnológicos suficientes, devido a própria natureza do seu ensino, tiveram que criar políticas para promover a modalidade remota, fornecendo recursos tecnológicos para discentes e docentes. Estes tiveram que aprender a utilizar as plataformas digitais, celulares e outros meios tecnológicos, muitas das vezes sozinhos e seu suporte, evidenciando ainda mais a desigualdade de acesso à educação no país e sua precariedade. (Walhers; Oliveira, 2023, p. 36)

No que diz respeito à situação dos estudantes de Serviço Social, identificada como a segunda questão para o debate, o cenário de crise sanitária agravou as manifestações da questão social que os afetavam. Além de enfrentarem um aumento das vulnerabilidades sociais e econômicas, esses estudantes também tiveram que prosseguir com sua graduação por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e enfrentar os desafios relacionados ao estágio supervisionado.

No contexto de aproximação com as UFAS, a Regional Norte iniciou uma série de reuniões com os cursos de graduação, pós-graduação e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) da região. Como parte dessas ações, foi realizada uma primeira reunião com a presença de coordenadores de curso, coordenadores de estágio, estudantes, professores e supervisores de campo e acadêmicos. O objetivo desse encontro foi apresentar a Gestão Aqui se Respira Luta/Regional Norte e, ao mesmo tempo, ouvir os participantes sobre as tensões e experiências vivenciadas no contexto da pandemia, conforme apontam as autoras a seguir:

Os participantes expressaram as problemáticas e resistências construídas, entre os quais, destacam-se as questões da conjuntura nacional como postura negacionista do governo responsável, primeiro, pela vida das pessoas postas em risco e, também, pela incapacidade de assegurar a educação de qualidade. No campo da formação fica evidenciada a disparidade das contradições entre a necessidade do trabalho remoto, os prejuízos à formação profissional, as dificuldades dos/as estudantes em final de conclusão, que precisam apenas concluir o estágio e a impossibilidade de ofertar o componente pedagógico. Além disso, a doação de resoluções que permitiram a redução da carga horária do estágio e sistematização de relatório técnico como substitutivo. (Santos; Costa Et al, 2023, p. 100)

A partir desse trecho, é possível evidenciar a falta de políticas adequadas para lidar com a crise sanitária e educacional. No campo da formação, surge uma disparidade de contradições. Por um lado, há a necessidade do trabalho remoto devido às restrições impostas pela pandemia, o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que gera prejuízos para a formação profissional dos estudantes. Por outro lado, os estudantes em fase final de conclusão enfrentam dificuldades, pois necessitam apenas concluir o estágio, mas encontram obstáculos para realizá-lo.

A impossibilidade de oferecer o componente pedagógico também é mencionada, o que indica uma limitação no desenvolvimento de habilidades teórico-práticas. Como alternativa, foram adotadas resoluções que permitem a redução da carga horária do estágio e a sistematização de um relatório técnico como substitutivo. Isso evidencia uma busca por soluções emergenciais diante das dificuldades enfrentadas, porém, é importante refletir sobre os impactos dessas medidas na formação profissional dos estudantes de Serviço Social.

Essa interpretação crítica revela a complexidade e os desafios enfrentados pelos participantes diante da conjuntura nacional e das restrições impostas pela pandemia. Também ressalta a necessidade de reflexão e debate sobre as estratégias adotadas para garantir uma formação adequada e de qualidade, considerando os impactos de medidas emergenciais na preparação dos futuros assistentes sociais.

Além disso, há a preocupação dos/as discentes em relação ao retorno seguro às instituições:

Por outro lado, os/as discentes indicaram a necessidade de repensar o retorno ao campo de estágio com condições de segurança, objetivando garantir a conclusão do curso de bacharelado em Serviço Social. Também chamaram a atenção para a condição do/a estudante que tem sido pouco vislumbrada, a necessidade de lutar pela vacinação, EPI's e auxílio para retorno seguro (Santos; Costa Et al 2023, p. 103)

Os/as estudantes destacam a necessidade de repensar o retorno ao estágio de forma segura, levando em consideração as condições de segurança que garantam a conclusão do curso de bacharelado em Serviço Social. Isso evidencia a preocupação com a proteção da saúde dos/as estudantes, bem como a importância de assegurar que eles/as possam concluir sua formação de maneira adequada.

É enfatizado a importância de lutar pela vacinação, pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e por auxílio para um retorno seguro ao campo de estágio. Isso revela a preocupação com a segurança e o bem-estar dos/as estudantes diante dos riscos e desafios impostos pela pandemia.

Isso revela a importância de ouvir e atender às demandas dos/as estudantes de Serviço Social, reconhecendo que o retorno ao campo de estágio deve ser planejado levando em consideração a segurança e as condições necessárias para uma formação adequada. Além disso,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ressalta a necessidade de garantir o acesso à vacinação, EPIs e suporte financeiro para os/as estudantes, visando proteger sua saúde e bem-estar durante o estágio.

No Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, a luta pela vacinação dos/as discentes atravessou um percurso difícil. Houve um processo de negociação realizado pela Coordenação de Estágio de Serviço Social em conjunto com diversos setores da Universidade Federal do Piauí, bem como o Ministério Público, a Fundação Municipal de Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Piauí. O objetivo dessa negociação foi garantir a vacinação dos estudantes aptos a realizar o Estágio Supervisionado, visando oferecer o estágio presencial com qualidade e segurança para a preservação da saúde (Vilarinho; Pereira; Costa, 2023, p. 173). As autoras explicitam como se deu o processo de negociação:

Após idas e vindas em reuniões com o Ministério Público, conseguiu-se, em julho de 2021, autorização para a primeira dose da vacina para os(as) estagiários(as) das demais áreas foram sendo incluídos no Plano Estadual de Imunização por Faixas etárias, o que permitiu ampliar a discussão em torno de uma proposição de retomada segura do Estágio Supervisionado em Serviço Social. (Vilarinho; Pereira; Costa, 2023, p. 173)

Era uma nova experiência de estágio a ser realizada em tempos de pandemia, o que demandou a obtenção de autorização do CGC-UFPI, acordos entre a UFPI e os locais de estágio, fornecimento de EPIs pela UFPI, orientações detalhadas sobre o uso adequado dos EPIs, adaptações no processo de execução e uma colaboração intensa entre os estudantes e os supervisores, com o objetivo de garantir medidas sanitárias adequadas e manter a qualidade da formação profissional, conforme é relatado a seguir:

A experiência do estágio com revezamento (presencial-remoto) exigiu intenso acompanhamento/supervisão docente e de campo. Foram experimentadas novas estratégias incorporadas ao trabalho do profissional de Serviço Social, bem como protocolos e rotinas de atendimento e, desse modo, procedimentos requisitados pela COVID-19 também foram vivenciados pelos estagiários para o desenvolvimento qualificado deste componente curricular de aprendizado do exercício profissional (Vilarinho; Pereira; Costa, 2023, P. 181).

Durante a pandemia da Covid-19, foi vivenciada uma nova forma de estágio com um modelo de revezamento entre o presencial e remoto. Essa experiência exige um acompanhamento e supervisão intensa tanto por parte dos professores quanto dos supervisores de campo:

A experiência do estágio com revezamento (presencial-remoto) exigiu intenso acompanhamento/supervisão docente e de campo. Foram experimentadas novas estratégias incorporadas ao trabalho do profissional de Serviço Social, bem como protocolos e rotinas de atendimento e, desse modo, procedimentos requisitados pela COVID-19 também foram vivenciados pelos estagiários para o desenvolvimento qualificado

deste componente curricular de aprendizado do exercício profissional (Vilarinho; Pereira; Costa, 2023, p. 181).

Para que essa experiência fosse possível, era necessário obter a autorização do CGC-UFPI. Além disso, foi preciso fazer acordos entre a UFPI (Universidade Federal do Piauí) e os locais de estágio, para estabelecer as condições e diretrizes necessárias.

Tratava-se de uma nova experiência de estágio a ser cursada em tempos de pandemia e que requereu a autorização do CGC-UFPI, pactuação entre UFPI e campos de estágio, fornecimento de EPIs pela UFPI, orientações para o uso correto de EPIs, adaptações do processo executivo e muita parceria entre acadêmicos e supervisores, visando os cuidados sanitários e a manutenção da qualidade de formação profissional (Vilarinho; Pereira; Costa, 2023, P. 176).

Após várias reuniões com o Ministério Público, foi concedida a autorização, em julho de 2021, para que os estagiários das demais áreas recebessem a primeira dose da vacina (Vilarinho; Pereira; Costa, 2023). Esses estagiários foram incluídos no Plano Estadual de Imunização, seguindo as faixas etárias inscritas. Isso permitiu ampliar a discussão em torno de uma proposta de retomada segura do Estágio Supervisionado em Serviço Social (Vilarinho; Pereira; Costa, 2023).

A referida proposta especial do Estágio II levou em consideração a situação dos(as) discentes formandos que já haviam cursado o Estágio Supervisionado I antes da pandemia (2019.2) e já haviam concluído os demais componentes curriculares, restando apenas o Estágio Supervisionado II e a disciplina de seminário de prática II para a conclusão do curso de bacharelado em serviço social. Ademais, também considerou que estes(as) estudantes tiveram inserção nos campos de estágio presencialmente e vivência nos espaços sócio-ocupacionais antes da pandemia (Vilarinho; Pereira; Costa, 2023, P. 174).

Dessarte, durante a pandemia da Covid-19, o estágio precisou se adaptar às novas circunstâncias, com a implementação de um modelo de revezamento entre atividades presenciais e remotas. Essa experiência exigiu um acompanhamento mais intenso por parte dos professores e supervisores de campo, mas também proporcionou o desenvolvimento de novas estratégias e habilidades por parte dos estagiários. No contexto específico do estado do Piauí, o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) desempenha um papel fundamental na formação de assistentes sociais comprometidos com a classe trabalhadora, a ampliação dos direitos sociais, a qualidade dos serviços e a construção de uma sociedade mais igualitária.

3 Conclusão



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A Pandemia da Covid-19 desafiou as instituições de ensino de todo o mundo, incluindo a Universidade Federal do Piauí, a se adaptarem rapidamente a um cenário de incertezas e limitações. As medidas adotadas pela universidade, como o Ensino Remoto Emergencial, evidenciaram as fragilidades e os desafios impostos à formação profissional no período, nos obriga a pensar em como transformar o processo educativo. O Estágio Supervisionado, enquanto fundamental no processo ensino-aprendizagem, precisou se reinventar. Ao mesmo tempo, estes desafios suscitaram a necessidade de uma formação profissional que, além de técnica, é essencial e envolvida na transformação social, especialmente em contextos caracterizados pela desigualdade. Diante do exposto, percebe-se a necessidade de reflexão e debate sobre as estratégias adotadas para garantir uma formação adequada e de qualidade diante dos desafios impostos pela pandemia. A busca por soluções emergenciais é fundamental, mas é necessário considerar seus impactos a longo prazo na formação profissional dos/as estudantes.

Referências

ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília (DF): ABEPSS, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 345, de 19 de março de 2020**. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 55, p. 39, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248909589>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 395, de 17 de abril de 2020**. Prorroga o prazo previsto na Portaria nº 345. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-395-de-17-de-abril-de-2020-252244408>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

_____. Ministério da Saúde. **Covid-19: infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

INSTITUTO BUTANTAN. **Antes da Covid-19: conheça 3 doenças que também fizeram o mundo tremer neste século**. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/antes-da-covid-19-conheca-3-doencas-que-tambem-fizeram-o-mundo-tremer-neste-seculo>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

LEWGOY, A. **Supervisão de estágio em Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SANTOS, Rita de Cássia Barbosa dos; COSTA, Teresa Cristina Moura Et al. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: ALGUMAS APROXIMAÇÕES SOBRE O DEBATE REALIZADO PELA REGIONAL NORTE DA ABEPSS. In: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; COSTA, Teresa Cristina Moura; VILARINHO, Lúcia da Silva (Orgs). **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ: SABERES E EXPERIÊNCIAS**. Teresina: EDUFPI, 2023, p.85-114.

UFPI. **Comitê Gestor de Crise**. Decisão sobre a suspensão das aulas presenciais pelo prazo de 15 dias a partir de 17 de março de 2020. Teresina: UFPI, 2020.

_____. **Editais nº 07/2020 - Auxílio Inclusão Digital - Internet**. Teresina: UFPI, 2020.

Disponível em:

https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Editais_N_07_AUXILIO_INCLUSAO_DIGITAL_internet_ok2020080720355320200807230830.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

_____. **Editais nº 10/2020 - Auxílio Emergencial para Inclusão Digital - Modalidade II**.

Teresina: UFPI, 2020. Disponível em:

https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Editais_N%C2%BA_10_AID_-_Modalidade_II-_PAR_A_PUBLICAR20201023175004.pdf. Acesso em: 16 ago. 2024.

_____. **Proposta de Período Letivo Especial 2020.3 (Pandemia Coronavírus - Covid-19)**.

Disponível em:

<https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Parnaiba/2020/COVID/PREG-Calendario2020_320200504093001.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

VILARINHO, Lúcia da Silva Vilarinho; PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; COSTA, Teresa Cristina Moura. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CONTEXTO PANDÊMICO: OLHARES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI. In: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; COSTA, Teresa Cristina Moura; VILARINHO, Lúcia da Silva (Orgs). **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ: SABERES E EXPERIÊNCIAS**. Teresina: EDUFPI, 2023, p. 159- 186.

WALHERS, Maicow Lucas Santos; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O DEBATE CONTEMPORÂNEO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: AVANÇOS E DESAFIOS FRENTE À CRISE SANITÁRIA E SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL. In: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; COSTA, Teresa Cristina Moura; VILARINHO, Lúcia da Silva (Orgs). **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ: SABERES E EXPERIÊNCIAS**. Teresina: EDUFPI, 2023, p. 25-44.